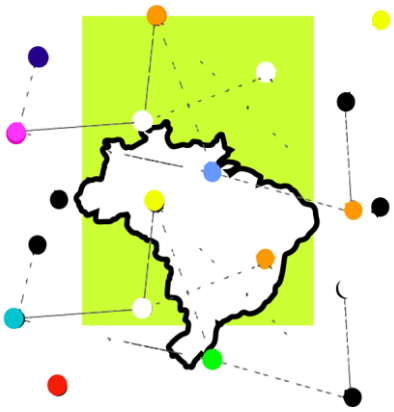
BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR



ENCAMINHAMENTOS PARA REVISÃO

DO DOCUMENTO PRELIMINAR DA BNCC:

proposições a partir dos dados

da consulta pública

As questões apresentadas a seguir, referentes ao documento preliminar da BNCC tornado público no dia 26/09/2015, acompanhadas das iniciativas de reformulação adotadas pelo grupo de especialistas responsável pela redação daquele documento, advêm do conjunto de pareceres de leitura crítica apresentados no quadro 1, e das contribuições postadas no Portal da Base, aos quais a equipe de redatores teve acesso a partir dos relatórios produzidos pelas equipes da UnB e da PUC-Rio.

Inicialmente serão abordados os limites do documento preliminar da BNCC no que concerne a sua estrutura geral. Para cada problema apontado descreve-se, na sequência, a iniciativa de revisão que busca superá-lo. Em seguida são apresentadas as principais questões de revisão demandadas às diferentes áreas de conhecimento e as iniciativas que as respectivas áreas adotarão para atendimento a essas demandas.

QUADRO 1
PARECERES JÁ RECEBIDOS E ANALISADOS PELA EQUIPE DE REDATORES

COMPONENTE CURRICULAR	NÚMERO DE PARECERES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
LÍNGUA PORTUGUESA	6	UnB _ Universidade de Brasília UFMG _ Universidade Federal de Minas Gerais UNICAMP _ Universidade Estadual de Campinas UNIOESTE _ Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNISINOS _Universidade do Vale do Rio dos Sinos MOVIMENTO PELA BNC
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	2	UFSC _ Universidade Federal de Santa Catarina UFRJ _ Universidade Federal do Rio de Janeiro UFBA _ Universidade Federal da Bahia
ARTE		UNICAMP _ Universidade Estadual de Campinas UERJ _Universidade do Estado do Rio de Janeiro
EDUCAÇÃO FÍSICA	5	UNOCHAPECÓ _Universidade Comunitária Regional de Chapecó UEPA _ Universidade do Estado do Pará UFES _ Universidade Federal do Espírito Santo UFMG _ Universidade Federal de Minas Gerais UNIVERSIDAD NACIONAL DE AVELLANEDA (Argentina)
MATEMÁTICA	3	USP_ Universidade de São Paulo UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul MOVIMENTO PELA BNC
CIÊNCIAS (QUÍMICA, FÍSICA, BIOLOGIA)	5	UFRGS _ Universidade Federal do Rio Grande do Sul USP _ Universidade de São Paulo UFSC _ Universidade Federal de Santa Catarina MOVIMENTO PELA BNC
HISTÓRIA	7	UFSC _ Universidade Federal de Santa Catarina UERJ _ Universidade do Estado do Rio de Janeiro UEL _ Universidade Estadual de Londrina UFRJ _ Universidade Federal do Rio de Janeiro UFMT _ Universidade Federal de Mato Grosso
GEOGRAFIA	7	UFRGS _ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

		UNICAMP _ Universidade Estadual de Campinas UFAM _ Universidade Federal do Amazonas UERJ _ Universidade do Estado do Rio de Janeiro UFU _ Universidade Federal de Uberlândia UFGD _ Universidade Federal da Grande Dourados
ENSINO RELIGIOSO	1	SED/SC _ Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
SOCIOLOGIA	-	-
FILOSOFIA	-	-
EDUCAÇÃO INFANTIL	5	UFES _ Universidade Federal do Espírito Santo USP _ Universidade de São Paulo UFSC _ Universidade Federal de Santa Catarina PUC/RIO _ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SECADI (DIVERSIDADE)	5	UFPA _ Universidade Federal do Pará UNICAMP _ Universidade Estadual de Campinas
TOTAIS	**48**	**24**

Quadro 1: pareceres já recebidos e analisados pela equipe de redatores.

I QUANTO À ESTRUTURA GERAL DA BNCC

As questões a seguir foram as mais recorrentes no processo de consulta pública, tanto entre os pareceres de leitura crítica quanto entre as contribuições via Portal, e dizem respeito à estrutura geral do documento preliminar da BNCC.

1) Necessidade de maior clareza quanto aos princípios em que se fundamenta a BNCC. Tais princípios estão subjacentes aos 12 direitos de aprendizagem apresentados no texto introdutório à BNCC, mas faz-se necessário explicitá-los. No parecer internacional há, inclusive, um exercício de identificação e explicitação desses princípios, que se encontram implícitos ou diluídos no próprio corpo do texto da base.

* No processo de revisão estamos tomando como ponto de partida os princípios anunciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica para explicitação dos princípios da BNCC. Os 12 direitos de aprendizagem apresentados na BNCC estão sendo retomados e reformulados para que se articulem de modo mais evidente aos XI princípios a partir dos quais se organizam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

2) Necessidade de maior esclarecimento quanto à natureza da BNCC. Tanto entre os pareceres de leitura crítica quanto nas contribuições via Portal são frequentes as demandas para que a base sugira metodologias e/ou formas de avaliação dos objetivos de aprendizagem que propõe. Há ainda demandas de que a base **contemple questões regionais**, principalmente entre as contribuições advindas do Portal da base (redes e escolas).

* Para a versão 2 da base produziu-se um texto que discorre mais detidamente sobre a natureza da BNCC: um instrumento de gestão dos sistemas e das escolas na elaboração de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos,

respectivamente. Esse mesmo texto trata as relações entre base comum e parte diversificada do currículo, retomando as Diretrizes. A partir dessas reflexões sobre a natureza e função da BNCC há uma melhor explicitação de motivos pelos quais **não cabe à BNCC a discussão de métodos de ensino e avaliação – tarefa da escola** – assim como **não poderia abarcar questões regionais – o que cabe à parte diversificada do currículo**, a ser desenvolvida articulada à BNCC. Esse mesmo texto trata de outra questão recorrente nos pareceres: como a BNCC dialoga com outros documentos curriculares (RCNEI, no caso da educação infantil, e PCNs, no caso do ensino fundamental e médio). É importante esclarecer que a Base incorpora elementos importantes desses documentos, especialmente no que concerne às concepções que fundamentam o trabalho nas diferentes áreas do conhecimento, e avança no sentido de traduzir essas concepções em objetivos de aprendizagem.

3) Importância de uma melhor explicitação dos sentidos que determinados termos, recorrentes no documento preliminar, adquirem no contexto da BNCC e nos contextos específicos de alguns componentes curriculares. Exemplos desses termos: linguagem/linguagens; práticas; cultura; desenvolvimento; aprendizagem; cidadania, dentre outros.

* No processo de revisão foi constituído um grupo de trabalho que está elaborando um "glossário da base", que esclarece com relação a esses termos, sua acepção nos documentos introdutórios e no âmbito de cada componente.

4) Importância de articulação mais consistente entre princípios, anunciados nos textos introdutórios, e objetivos de aprendizagem e, ainda, entre as etapas de escolarização, o que permitiria uma leitura mais interdisciplinar dos documentos.

* Na atual etapa do processo de construção da versão 2 do documento da Base os textos introdutórios foram retomados com o objetivo de construir parâmetros comuns ao tratamento dos diferentes componentes que fazem parte de uma mesma etapa de escolarização, traçando o que estamos denominando, provisoriamente, de **objetivos gerais de formação para cada etapa de escolarização**. Esses objetivos são aqueles que devem ser objeto de trabalho de vários componentes de uma mesma etapa de escolarização. Os temas **integradores** também serão apresentados em relação às etapas de escolarização, com maior destaque.

  Outra mudança na versão 2 do documento, que contribuirá para dar uma maior visibilidade às possibilidades de tratamento interdisciplinar dos componentes, será a **apresentação do documento por etapas de escolarização** e, no interior das etapas, as áreas de conhecimento e componentes curriculares. É importante destacar que a interdisciplinaridade não se concretiza no documento da BNCC, uma vez que este documento não oferecerá orientações metodológicas. Uma abordagem interdisciplinar dos objetivos de aprendizagem se faz no cotidiano das escolas, nas práticas docentes

(organização de projetos de trabalho, por exemplo). O que cabe à BNCC é favorecer esse tratamento ao propor **objetivos de aprendizagem para os diferentes componentes curriculares que estejam articulados, relacionados de forma mais orgânica,** de modo a favorecer a organização do currículo por eixos temáticos, como sugerem as Diretrizes, que caberá a cada sistema definir quais sejam em função da diversidade de contextos em que a educação básica se efetiva.

5) Necessidade de um tratamento mais articulado das transições entre as diferentes etapas de escolarização.

* No interior da equipe de elaboradores foi constituída uma "**comissão de transições**" que, a partir do trabalho realizado pelos grupos de especialistas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e demais diretrizes, traçou um perfil dos sujeitos da educação básica nas diferentes etapas de escolarização em quatro dimensões: **as características dos sujeitos em cada etapa; o tipo de relação que estabelecem com os conhecimentos; o papel da escola com relação a esses sujeitos; a natureza das mediações entre os sujeitos e os conhecimentos.** O produto do trabalho dessa comissão está subsidiando: a construção de textos que discorrem sobre as características de cada etapa e como ela se relaciona à seguinte; a revisão dos textos que apresentam as áreas de conhecimento e os componentes curriculares; a revisão dos objetivos de aprendizagem de cada etapa tendo como parâmetro os percursos de aprendizagem e desenvolvimento traçados em relação às quatro dimensões anteriormente descritas.

  No que se refere especificamente à transição entre educação infantil e ensino fundamental o trabalho de revisão tem se direcionado a dar maior visibilidade ao modo como os **campos de experiências**, eleitos como forma de organização dos objetivos de aprendizagem da educação infantil, dialogam com as áreas do conhecimento, que organizam o ensino fundamental.

6) Importância de evidenciar a progressão dos conhecimentos e, consequentemente, dos processos de desenvolvimento ao longo da educação básica. Na primeira versão da base a repetição dos verbos que apresentam os processos cognitivos envolvidos nos objetivos de aprendizagem tornou pouco evidente essa progressão. Como há pouca variabilidade dos verbos utilizados na redação dos objetivos de aprendizagem, tem-se a sensação de que os objetivos de aprendizagem são pouco exigentes à medida que se avança na escolarização.

* No trabalho de revisão do documento preliminar a equipe está retomando estudos sobre a definição de objetivos de aprendizagem e suas possibilidades de construção textual. Dedicamos, ainda, uma tarde dos trabalhos da última semana de janeiro a um encontro com consultores vindos da Austrália e que compartilharam com o grupo suas experiências em torno da redação dos

objetivos de aprendizagem para o currículo daquele país e de outros, aos quais vêm assessorando. No processo de revisão dos objetivos de aprendizagem as equipes têm observado os seguintes critérios:

* adequação do objetivo ao projeto formativo mais amplo da etapa de escolarização para a qual é proposto, em diálogo com outros componentes curriculares;

* adequação do objetivo à proposta do componente para aquele ano de escolarização, sua relação com os anos anteriores e seus desdobramentos nos anos posteriores (o que muda, em termos de operações cognitivas);

* coerência do objetivo em relação à natureza do documento (é realmente um objetivo de aprendizagem ?) e à estrutura proposta para sua redação (operação cognitiva/ conteúdo a partir do qual essa operação cognitiva é mobilizada/ contexto) .

7) Necessidade de maior explicitação dos marcos epistemológicos que orientaram as escolhas presentes no documento, de modo geral, e nos textos dos componentes, em especial. No caso dos componentes esses marcos estão implícitos, mas há uma reivindicação de que sejam explicitados.

* No processo de revisão do documento a opção foi por explicitar esses marcos apenas nos casos em que se torne indispensável essa explicitação. A intenção é a de evitar que a identificação com algumas abordagens epistemológicas possa ser restritiva de outras, igualmente legítimas, que possam ser predominantes nos diversos contextos aos quais a base se destina.

8) Necessidade de esclarecimento mais detalhado quanto à origem e função dos **temas integradores** e de maior visibilidade dos mesmos no interior dos componentes curriculares.

* Os temas integradores têm origem num conjunto de temas sociais, apontados por legislação que complementa a LDB e reafirmados pelas Diretrizes como de abordagem obrigatória no ensino fundamental e médio: sexualidade, gênero, vida familiar e social, direitos da criança e adolescente, educação para o trânsito, educação para o consumo, culturas indígenas e africanas, preservação do meio ambiente, envelhecimento, dentre outros. Entretanto, no documento preliminar da BNCC não se esclarece a origem desses temas, abordando-se de forma breve o papel que desempenham no currículo. Na segunda versão da base esses esclarecimentos serão fornecidos de forma mais detalhada. Na estrutura da versão 2 do documento os temas integradores **serão apresentados em referência às etapas de escolarização, juntamente com os objetivos gerais de formação de cada etapa.** Há também uma demanda pela inclusão de sexualidade e gênero como tema integrador.

II QUANTO ÀS ETAPAS DE ESCOLARIZAÇÃO E ÁREAS DE CONHECIMENTO

A seguir será apresentada uma síntese das principais questões que emergem do processo de consulta pública da versão preliminar da BNCC e que demandam uma revisão na segunda versão do documento, referentes à educação infantil, que se organiza a partir de campos de experiência, e às quatro áreas de conhecimento em que se organizam o ensino fundamental e médio.

QUADRO 2

QUESTÕES QUE DEMANDAM REVISÃO NA VERSÃO 2 DA BNCC E ENCAMINHAMENTOS

ÁREA/ETAPA	PRINCIPAIS DEMANDAS	ENCAMINHAMENTOS DA REVISÃO
EDUCAÇÃO INFANTIL	- Diferenciação entre trabalho com bebês e com as crianças de 4 e 5 anos. - Explicitação de como a educação infantil se articula aos anos iniciais, especialmente no que diz respeito ao trabalho com a leitura e a escrita.	- A equipe de elaboração está procedendo à revisão do documento no sentido de atender a ambas as demandas. No caso da separação por grupos etários a revisão vem se dando no sentido de demarcar o que diferencia o trabalho na creche e na pré-escola. No caso da questão da leitura e da escrita o tratamento a ser dado ao tema parte de uma pesquisa desenvolvida por consultores da COEDI que trata do tema "Leitura e escrita na educação infantil." A revisão dos objetivos de aprendizagem tem se dado ancorada nos dados da referida pesquisa e num diálogo mais próximo com as áreas de conhecimento em que se organizam o ensino fundamental e médio.O intuito é explicitar como os **campos de experiência** dialogam com as **áreas de conhecimento** .
ÁREA: **Linguagens** **COMPONENTES:** **Língua Portuguesa** (EF e EM) **Língua estrangeira moderna** (anos finais do EF e EM) **Arte** **Educação Física** (EF e EM)	- Há um conjunto expressivo de pareceres que questionam a composição da área, especialmente a presença da educação física nessa área, identificando certa artificialidade nessa composição. Uma decorrência dessa peculiaridade na composição da área é a necessidade de uma revisão do texto que a apresenta com o intuito de enfatizar o que há em comum entre seus componentes, e não o que os diferencia. - Necessidade de evidenciar, numa apresentação mais esquemática,	- No caso da área de Linguagens algumas ações de revisão buscam uma maior articulação entre os componentes. São elas: equiparação dos ciclos em que se apresentam os objetivos de aprendizagem de Língua estrangeira, Educação Física e Arte; melhor explicitação do sentido que o termo "linguagem" adquire na caracterização da área. Quanto ao componente Língua Portuguesa os objetivos de aprendizagem serão definidos em relação aos eixos oralidade, escrita, leitura. Serão introduzidos tópicos de análise linguística para todas as etapas de escolarização, o que representa um

	como os eixos em que se organizam os componentes curriculares se relacionam e se intersectam. - Excesso de objetivos, especialmente no componente Língua Portuguesa. - Necessidade de explicitação de conceitos que aparecem ao longo do documento: alfabetização e letramento, inclusive do próprio conceito de linguagem, central nessa área, por exemplo. - Necessidade de apontar de forma mais clara os objetivos relacionados à análise linguística, no caso da Língua Portuguesa, assim como de redução do número de objetivos de aprendizagem deste componente.	diferencial em relação à primeira versão do documento. - A estratégia para proceder à redução das dimensões do documento será aquela também utilizada em Ciências da Natureza: analisar a adequação e pertinência dos objetivos ao perfil dos estudantes de cada etapa de escolarização, as indicações de supressão e deslocamentos de objetivos, advindas das contribuições via Portal e revisão da consistência e natureza dos objetivos (alguns se caracterizam mais como sugestões de atividades, por exemplo, e devem ser suprimidos). - O recurso a formas de apresentação mais visuais da estrutura do documento também será utilizado com o intuito de facilitar a leitura do mesmo.
ÁREA: **Matemática** **COMPONENTE:** **Matemática** (EF e EM)	- Ausência de integração com outras áreas. - Os objetivos de aprendizagem contemplam de forma ainda tímida o que se anuncia nos textos introdutórios: aplicações matemáticas; trabalho com modelos matemáticos; problemas em contextos interdisciplinares. Há uma demanda para que se tornem mais explícitas, no documento da matemática, as formas de articulação dos objetivos propostos para esta área/componente com os princípios que fundamentam a BNCC. - Melhor adequação dos objetivos à etapa de escolarização para a qual são propostos.	- A área de matemática trabalha no sentido de organizar os objetivos de aprendizagem em torno de unidades de conhecimento que estabeleçam interfaces com as demais áreas, especialmente com a área de Ciências da Natureza, e, ainda, uma melhor contextualização dos objetivos de aprendizagem propostos. Essa estratégia, assim como a revisão do texto que apresenta a área/componente, favorecerá uma melhor articulação do documento da área aos princípios da BNCC. Para um melhor ajuste dos objetivos de aprendizagem à etapa de escolarização para a qual são propostos estão sendo considerados, de forma mais específica, os dados da consulta pública via Portal da Base. O recurso à formas de apresentação mais visuais da estrutura do documento também será utilizado com o intuito de facilitar a leitura do mesmo.
ÁREA: **Ciências da Natureza** **COMPONENTES:** **Ciências** (EF) **Física** (EM) **Química** (EM) **Biologia** (EM)	- Reorganização das **unidades de conhecimento** de modo mais consistente e orgânico. - Explicitação mais clara da progressão dos conhecimentos ao longo da escolarização. - Diversidade de compreensões sobre o papel e função dos	- O trabalho de revisão dos documentos de CN tem como um de seus objetivos a redução das dimensões desse documento, o mais extenso entre todas as áreas, especialmente no ensino médio, a partir de um refinamento das escolhas dos objetivos de aprendizagem a serem propostos para cada etapa com base no trabalho produzido pela **comissão de transições**

	exemplos no documento preliminar. - Discordância (principalmente entre as contribuições via Portal) em relação à adequação dos objetivos de aprendizagem à etapa de escolarização para a qual são propostos (em todas as etapas, mas especialmente no ensino médio). - Necessidade de evidenciar, numa apresentação mais esquemática, como os eixos se relacionam e se intersectam. - Excesso de conteúdos nos três componentes do Ensino Médio. - Necessidade de explicitação de conceitos que aparecem ao longo do documento: alfabetização e letramento científico, por exemplo.	(qual o foco de cada etapa de escolarização?) e também numa revisão das operações cognitivas descritas pelos objetivos de aprendizagem. Esse processo inclui, ainda, uma análise das sugestões de deslocamentos dos objetivos entre etapas. As unidades de conhecimento também estão sendo reestruturadas, com o intuito de que possam organizar os objetivos de aprendizagem de forma mais orgânica. Um meio para dar maior visibilidade a essa progressão é apresentá-la numa linguagem mais visual, na forma de esquemas ou organogramas.
AREA: **Ciências Humanas**[1] **COMPONENTES:** **História** **Geografia** **Ensino Religioso (EF),** **Filosofia (EM)** **Sociologia (EM)**	- Necessidade de apresentar um "desenho" do percurso a ser empreendido em cada etapa de escolarização que permita um melhor entendimento das escolhas feitas naquela etapa. - Contextualizar de forma mais pertinente a ênfase no Brasil, tanto na História quanto na Geografia. - Justificar o tratamento às culturas africanas e indígenas na legislação vigente (Lei 11.645/2008), articulando o atendimento ao que prevê essa lei com um adequado tratamento das influências de outras civilizações na constituições de relações de alteridade que permitem uma compreensão das identidades. - Melhor definição da origem e acepção de termos estruturantes das propostas de Geografia e História.	- A área de Ciências Humanas procede à revisão de seus documentos buscando um melhor equilíbrio entre o atendimento à Lei 11.645, que prevê a abordagem das culturas africanas e indígenas, e um necessário tratamento mais equânime das histórias e características dos diversos continentes em suas relações de interdependência, de modo que os estudantes possam ter contato com uma maior diversidade de sujeitos coletivos. Os temas das temporalidades – relações entre tempo presente e tempos pretéritos - e das escalas de abordagem dos fenômenos sociais – família, comunidade, estado, país, continentes - vem sendo aqueles sobre os quais os componentes têm se debruçado com o intuito de promover uma maior articulação entre os componentes curriculares e, ao mesmo tempo, uma melhor articulação entre as proposições de objetivos ano a ano desses componentes. Ainda para os componentes de História e Geografia o processo de revisão tem se dado no sentido de mostrar as formas de integração entre o Brasil e processos históricos globais.

[1] Neste caso ainda não temos os pareceres de Sociologia e Filosofia.

O trabalho de revisão, no caso de todas as áreas de conhecimento, tem sido conduzido em diálogo com os leitores críticos convidados a participar do processo. Já tivemos reuniões de trabalho com leitores críticos de Língua Portuguesa e com um grupo de professores indicados pela ANPUH para acompanhar a equipe de elaboradores de História.

Além dos pareceres de leitura crítica, os dados do Portal da Base, copilados pela equipe de pesquisadores da UnB e trazidos à equipe de especialistas na forma de relatórios analíticos, produzidos pela PUC-Rio, também têm subsidiado o processo de revisão dos documentos.

Em linhas gerais as demandas que se colocam à estrutura mais geral do documento dizem respeito a um diálogo mais explícito entre a BNCC e as Diretrizes e, ao mesmo tempo, à sinalização de como se propõe a articulação entre Base Comum e parte diversificada. Quanto à organização do texto, há uma demanda pela inclusão de linguagens mais visuais, como quadros, esquemas, organogramas, que favoreçam a compreensão de relações e articulações entre áreas, componentes, eixos e outras estruturas da Base.

Quanto ao tema das diversidades, os pareceres, de modo geral, consideram adequado o tratamento que ele recebe na BNCC. Destacam as áreas de Linguagens e Ciências Humanas como aquelas nas quais esse tratamento se dá de modo mais efetivo e apropriado, em especial pela incorporação aos objetivos de aprendizagem do trabalho com as culturas indígenas, africanas, valorização dos saberes e manifestações culturais locais, do plurilinguismo, dentre outras questões.

Finalmente cumpre destacar que um número expressivo de pareceres manifesta apoio à iniciativa do MEC de promover um debate efetivo em torno da BNCC. Número também significativo de pareceres aponta a necessidade de a versão 2 do documento fazer alusão às ações necessárias a uma implementação da BNCC – políticas de formação de professores, de produção de materiais didáticos, de avaliação, dentre outras.